



## **1. INTRODUÇÃO**

Este texto aborda reflexões acerca da crescente mudança de perfil dos estudantes que ingressaram nas instituições de educação superior brasileiras, em decorrência da implantação das políticas de ações afirmativas, visando a democratização da educação superior. Tais políticas marcaram uma inflexão no viés meramente reprodutivista que caracterizava a história da educação superior, na medida em que vêm promovendo o acesso à universidade de grupos historicamente alijados deste nível educacional. É nesta perspectiva que se insere a assistência estudantil, ressignificada e ampliada diante da nova conjuntura.

O ingresso na universidade pode não ser a garantia de realização de um sonho, pois nem sempre o estudante permanece no curso até a sua conclusão. Os fatores que levam a este quadro são de ordem e natureza diferentes: a necessidade de trabalhar, por motivos financeiros; a não adaptação ao ambiente e ao contexto universitário; o sentimento de inadequação ao curso, por diversos motivos; os imprevistos que provoquem mudanças, de cunho pessoal e social, que dificultem sua permanência na universidade são apenas alguns deles.

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas ampliaram a necessidade de implantação de um sistema de gestão acadêmica voltado para a abertura da educação superior brasileira, possibilitando a entrada de um maior contingente de alunos, cujo ingresso, antes, era menos provável, principalmente por conta da multiplicidade dos processos seletivos. Possibilitar o acesso efetivo desses alunos requer uma nova postura das instituições, a fim de lhes oferecer subsídios para superarem suas dificuldades acadêmicas e de adaptação ao ambiente universitário. Os estudantes com origem em segmentos historicamente alijados da universidade requerem da instituição universitária uma atenção especial para maior adaptação às tarefas acadêmicas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – O CONCEITO DE AFILIAÇÃO ESTUDANTIL**

Em trabalho que analisa minuciosamente a complexidade de variáveis que agem no momento de chegada à vida universitária, Coulon (2008) aponta que o ingressante precisa passar de sua condição de “aluno secundarista” para a de “estudante universitário”. Não se

trata de uma transição simples: esse processo de adaptação dos calouros à universidade, não raramente, é confuso e doloroso. A forma e intensidade como esse começo é experienciado depende de diversas variáveis e circunstâncias.

Apoiando-se nas perspectivas de Coulon, Nery (2011, p.32) destaca quatro importantes aspectos para a adaptação dos calouros à universidade: vários deles passam a residir em repúblicas ou residências universitárias; a entrada na vida universitária que traz regras sociais e culturais específicas; as mudanças gerais em si mesmas, quando os estudantes percebem as alterações de comportamento e as mudanças de níveis de responsabilidades para com a sobrevivência e, por fim, a necessária adaptação ao curso, através de uma lógica inerente ao desenvolvimento da aprendizagem em cada campo do conhecimento.

Pode-se notar que são muitas as variáveis que interferem no processo de adaptação do novo aluno à nova realidade em que procura se inserir. Entender essas transformações e saber tirar proveito delas torna-se crucial para sua sobrevivência universitária e seu sucesso acadêmico. As hipóteses teóricas de Coulon (2008) sobre o processo de “afiliação estudantil” procuram compreender esse fenômeno, que envolve processos intelectuais, institucionais e culturais. Ele o analisa sob duas dimensões: afiliação intelectual e afiliação institucional. Segundo sua análise, esse fenômeno, ao mesmo tempo inclusivo e excludente, ocorre em três tempos, que compõem o processo que pode culminar na afiliação estudantil: tempo do estranhamento, tempo da aprendizagem e tempo da afiliação. A consolidação dessa espécie de “profissão temporária” é crucial para a manutenção da condição de estudante dos jovens em instituições de ensino superior, particularmente as universitárias em função de sua complexidade institucional.

Sampaio e Santos (2014) destacam que a entrada na vida acadêmica acarreta mudanças profundas na vida dos estudantes, principalmente entre os mais jovens, impactando o seu desenvolvimento psicológico e psicossocial. Esse momento pode ser o primeiro em que eles têm oportunidade de exercer sua autonomia através da escolha da futura profissão, na escolha da universidade, na opção por um curso em tempo integral ou em tempo parcial, dentre outras possíveis escolhas. Esse, porém, não parece ser o único ato, nem o mais importante, nessa etapa transitória para a vida adulta: muitas vezes, o ingresso na universidade significa ter que deixar de morar com seus familiares, e até mesmo em outra região, impondo-lhes a responsabilidade sobre o cuidado de si próprios e de seus atos, quando antes estavam acostumados aos cuidados e à tutela de um adulto.

Muitos ritos de passagem – como a entrada na universidade - se constituem numa forma de superação de limites, ou como a porta de entrada para um novo grupo ou novo *status*

social. Para a maioria dos jovens universitários, sobretudo após a implantação das políticas de ampliação de acesso através das cotas, a aprovação, a conquista de uma vaga e o ingresso na instituição universitária, atendem aos pressupostos e propósitos de um ritual de passagem. Entrar numa universidade é um marco simbólico na vida de qualquer jovem estudante. O desejo e a importância do sentido de pertencimento são explicitados no processo pelo qual o estudante passa, podendo culminar finalmente na afiliação, quando ele se apropria dos conceitos inerentes ao campo universitário, incorporando o *habitus academicus*. Para Coulon (2008), de uma forma geral, isso ocorre progressivamente entre o primeiro e segundo semestre do seu ingresso na universidade. Quando isso não acontece, o estudante tende a abandonar os estudos logo no início, ou muda de curso ou de instituição. Assim, o processo de afiliação estudantil requer do estudante sua adaptação às exigências universitárias, em termos de: a) conteúdo intelectual, de métodos de exposição do saber, e de adequação ao *habitus* acadêmico, incluindo a percepção e o domínio do novo espaço geográfico; b) identificação das atribuições dos mesmos e da maximização do uso de seu tempo e c) compreensão dos códigos e regras do jogo nos campos social e intelectual universitário.

Coulon (2008) estudou o impacto do ingresso na instituição universitária na vida cotidiana do aluno e de seu processo de afiliação, que o transformará em estudante universitário. Para desenvolver seus trabalhos sobre a temática, o sociólogo promoveu importantes reflexões sobre os processos intelectuais, institucionais e culturais que cercam a adaptação dos estudantes à educação superior. Esse transcurso, estudado por Coulon, foi resumido por Nery (2011) da seguinte forma:

A passagem para a universidade também solicita do jovem que organize três aspectos fundamentais da sua vida: o tempo, pois é preciso compreender que as aulas não têm mais a mesma duração, que o volume e o tipo de trabalho a ser realizado demandarão um maior esforço intelectual e uma melhor organização; o espaço, pois a estrutura de uma universidade é consideravelmente maior do que a de uma escola de ensino médio e, por isso, os estudantes devem aprender a localizar espaços como departamentos, secretarias e bibliotecas, que frequentarão cotidianamente; e as regras e o saber, pois eles devem desenvolver uma capacidade de interpretação das normas institucionais, porque a não compreensão de algumas delas gera uma ignorância em relação a uma quantidade desconhecida de situações problemáticas que eles terão que solucionar. (NERY, 2011, p. 36)

Essas novas experiências são fundamentais e impactantes na formação do estudante como sujeito de sua própria história acadêmica. Assim, quanto maior for sua prontidão para responder positivamente a essas mudanças e quanto maior for seu grau de resiliência para superar problemas, mais capacidade terá de aproveitar as oportunidades proporcionadas pela vida universitária como pessoa e como graduando.

Como o foco deste trabalho privilegia os alunos ingressantes pelas políticas de ação afirmativa (muitos deles sendo os primeiros da família a ingressarem numa universidade), considera-se também a importância do conceito de “trânsfuga”. Segundo Bourdieu (1992) os trânsfugas são aqueles que conseguem, com muito esforço e disciplina, romper com seu destino de classe e modificar os rumos escolares e profissionais em relação aos demais membros de suas famílias. Muitos deles são os primeiros de suas famílias e círculo social próximo a ingressar no Ensino Superior, podendo até ser os primeiros a completar o ensino básico ou ter frequentado regularmente a escola.

O aluno trânsfuga quase não encontra em seu ambiente de convivência pessoas que possam servir como referência de vivências do ambiente universitário. Este campo lhe é estranho e muitas vezes hostil, o que pode provocar estranhamento, ou mesmo dificuldades traumáticas nesse processo de chegada e adaptação. Como ressalta Nery (2011, p. 36):

O processo de afiliação estudantil depende de como se dá a chegada do estudante à universidade, momento em que várias rupturas simultâneas e imediatas acontecem. Essas rupturas ocorrem de duas formas: as afetivas, em que há um afastamento da vida familiar; e as psicopedagógicas, em que a relação pedagógica com os professores é totalmente diferente da empreendida no ensino médio, sendo marcada pelo distanciamento. Através delas, uma nova relação com o saber é constituída.

Assim, aqueles alunos que possuem familiaridade direta ou indireta com o meio universitário podem presumir quais habilidades, competências e comportamentos são esperados deles para que tenham um bom desempenho social e acadêmico. As experiências de familiares e amigos podem servir de exemplos a serem seguidos ou superados, mas são ferramentas para auxiliar na construção de uma nova etapa de suas vidas. De acordo com cada contexto e suas próprias subjetividades, os alunos podem estar mais ou menos preparados para o afastamento de suas vidas familiares e a vivência de uma nova realidade. Essa questão afetiva também perpassará seus relacionamentos com seus pares e professores, podendo refletir nas suas predisposições para construção de um ambiente onde a relação com o saber será constituída de forma virtuosa, ou somente através de muitos embates e superações. Para Coulon (2008, p.31), "aprender o ofício de estudante significa que é necessário aprender a se tornar como um deles para não ser eliminado ou se auto eliminar porque continuou como um estrangeiro nesse novo mundo". Isso é uma questão de sobrevivência no mundo universitário. Para o autor, esse ofício constitui-se em uma espécie de “profissão temporária”.

Ao estudar o processo pelo qual passam os alunos para se tornarem estudantes integrados ao campo acadêmico, Coulon (2008) percebeu a presença de três etapas ou “tempos” nos quais as relações se dão e as novas atitudes e hábitos podem ser elaborados e

consolidados. Com base em Coulon (2008), evidenciamos que o processo de afiliação está circunscrito a três diferentes tempos:

1- Tempo do Estranhamento:

Momento em que o estudante está diante de um universo desconhecido, em que se operam as rupturas com o seu passado. Nele as rupturas institucionais começam a ser instaladas, através do processo de escolha das disciplinas a serem cursadas, da matrícula, da localização do número de créditos necessários para o semestre, ou seja, da organização da vida acadêmica. Muitos estudantes vivenciam esse momento como traumatizantes, angustiantes, revoltantes e inquietantes.

2- Tempo da Aprendizagem:

Tempo em que se inicia uma adaptação progressiva e uma conformação se produz. Nele o estudante começa a esboçar respostas para perguntas como quem sou eu em relação a esse grupo de pessoas? Qual a minha função aqui? E que relação eu tenho com essa instituição? Para responder a essas questões, os estudantes rompem com seu passado recente e entram em um estado de latência, em que não dispõem mais de referências estáveis. Eles progressivamente elaboram estratégias para lidar com as contingências que lhe são apresentadas através de um método de ensaio e erro. A falta de orientação e de informação pode levar o jovem a organizar sua vida acadêmica de maneira totalmente contrária à lógica da universidade. Quando isso acontece, o abandono (ou a retenção sucessiva) é eminente e o mal causado pela desorientação do primeiro contato talvez não seja desfeito.

3- Tempo de afiliação:

Quando o estudante se torna definitivamente membro da universidade. Isso significa que ele compreende o manejo de uma grande quantidade de regras que organizam sua vida social e intelectual nessa instituição. São dois momentos: no primeiro, o estudante compreende e categoriza um conjunto de regras institucionais que irão organizar sua vida acadêmica – chamada de *afiliação institucional*; no segundo momento, ele percebe o que realmente se espera dele no plano intelectual e irá tentar corresponder demonstrando, cotidianamente, que possui algumas das competências requisitadas – é o momento da *afiliação intelectual*. Este, por sua vez, é um processo

que nunca é totalmente finalizado, porque o estudante sempre requisitará confirmações para as competências que demonstra em tarefas universitárias.

Destacam-se dois fatores de especial influência no caminho para a afiliação estudantil por sua importância no processo de superação e de empoderamento pelo qual os alunos passam para atuarem como estudantes universitários: “a identificação entre os pares e o desenvolvimento da autonomia”. Tal processo pode ser traduzido a partir das trocas de experiências e ajudas mútuas na realização das tarefas universitárias e do uso dos espaços de convivência; pelo enfrentamento dos mesmos problemas, ou semelhantes, compartilhados entre os pares; pela utilização do mesmo vocabulário e das mesmas expressões; enfim, “pelo compartilhamento no e do mesmo mundo, os estudantes são levados a um processo de identificação e sentimento de grupo” (Oliveira; Cranchi, 2017). Esse sentimento ocorre mesmo que eles pertençam a vários subgrupos pontuais: das disciplinas cursadas; das atividades esportivas e culturais; dos projetos e programas acadêmicos e não acadêmicos; do alojamento ou residência estudantil; dentre outros. Esses fatores são impactantes no sentido de incentivarem e propiciarem a afiliação acadêmica do aluno ingressante, bem como na sua inclusão social no contexto universitário.

Coulon (2008, p.41-42) destaca a importância dos ingressantes universitários serem, o mais rapidamente possível, capazes de identificar o que lhes é requerido em relação aos seus estudos e as tarefas a serem realizadas: o que eles devem aprender e com que grau de detalhe, como identificar o essencial e aplicá-lo nas situações onde estes conhecimentos serão solicitados. Devem, também, descobrir sozinhos como dosar seus esforços. Para os ingressantes universitários, esse processo pode ser considerado difícil, pois a vida acadêmica lhes requer autonomia para gerenciar suas atividades. Os professores não sinalizam claramente quanto desprendimento de tempo e esforços serão necessários para os estudantes realizarem suas tarefas a contento, bem como com que grau de abrangência e aprofundamento um determinado tema ou assunto deverá ser estudado e abordado. Não se reflete, inclusive, sobre a necessidade de bagagens intelectuais, culturais e competências prévias que os professores pressupõem que os estudantes tragam consigo no ingresso à universidade. Através do processo de afiliação intelectual o aluno tornar-se-á capaz de “compreender, por antecipação, aquilo que lhes será solicitado academicamente” (Coulon, 2008, p.42).

Assim, pode-se compreender a importância que Coulon (2008, p.42) atribui ao primeiro ano universitário, pois o considera decisivo para “aprender a instituição”, entender sua lógica e vivenciar seu território. A partir de seus estudos ele conclui que é principalmente



nesse ano que se “aprende a viver” a nova ação/profissão: ser um(a) estudante universitário(a).

Os alunos, ao migrarem para o *status* de estudante universitário, devem mudar sua postura em relação à instituição, seus representantes e seu *modus operandi*. Assim, os relacionamentos se diferenciam daqueles habituais no ensino básico, onde conheciam os espaços geográficos e simbólicos, as relações de poder eram relativamente explícitas e normalmente seguiam orientações no fazer cotidiano escolar. Essa mudança requer deles uma afiliação institucional. A capacidade dos estudantes entenderem o campo universitário e o que lhes é requerido, tanto pelos professores quanto pela instituição, os habilita a responderem positiva e prontamente às solicitações acadêmicas, podendo até agir, de forma proativa, em busca de seus direitos e novas oportunidades, nem sempre explicitamente declarados e bem divulgados.

Segundo Coulon (2008), a afiliação intelectual não prescinde de condições anteriores ao ingresso do aluno na universidade e delas o sucesso acadêmico depende diretamente, refletindo no seu grau de autonomia. Para o autor, o processo de afiliação intelectual depende das habilidades de leitura, escrita e desenvolvimento do pensamento. Tanto a escola quanto a universidade podem ser espaços de exclusão por não reconhecerem as peculiaridades e desigualdades decorrentes de fatores sócio-econômicos-culturais.

Dessa forma, conclui-se que a “afiliação intelectual” do estudante será mais facilitada quanto maior for sua *literácia*, isto é, a competência de ser capaz de ler, escrever e interpretar aquilo que está escrito. Esta leitura não se restringe somente a língua materna, mas inclui os conceitos e regras matemáticas, bem como a capacidade de observar, compreender, interpretar e correlacionar fenômenos em geral, considerando sua capacidade potencial de “aprender a apreender” diversas áreas do conhecimento (Oliveira; Cranchi, 2017).

Além da adaptação necessária para o processo de afiliação institucional e afiliação intelectual, outros possíveis entraves devem ser superados pelos alunos, como os que se referem ao campo emocional. Os estudantes, ao ingressarem na universidade, podem se ver em situações de fragilidade decorrentes da idade, das mudanças no ambiente, de ordem financeira e de convívio (incluindo o afastamento das famílias), dentre outras. Nery (2011) aponta a importância da dimensão emocional para a afiliação do estudante, sua influência no processo de integração do aluno à vida universitária (particularmente ao aluno jovem) e para sua permanência na instituição.

Nessa perspectiva, o fato de muitos alunos das classes populares apresentarem baixo rendimento escolar não deve ser atribuído a uma suposta falta de inteligência ou ao



desinteresse dos mesmos; como também o bom rendimento dos alunos das classes médias e altas não é necessariamente consequência direta de dotes intelectuais inatos ou do seu maior interesse na aprendizagem. O sucesso ou insucesso escolar é um processo complexo, dependente de diversos fatores interdependentes, não tão diretamente relacionados a seus resultados. Pode-se mencionar os aspectos genéticos e biológicos (médicos, metabólicos e funcionais) como suportes para manifestação do ser, porém, não são os únicos e mais influentes no desenvolvimento de sua capacidade cognitiva, motora e psicossocial; questões como *ethos*, capital econômico, capital social e capital cultural, dentre outras, devem ser tomadas como relevantes e influentes nesse contexto. Tais questões devem ser consideradas por qualquer sistema educacional e pelas instituições de ensino que pretendam ser mais democráticas, inclusivas e emancipadoras.

### **3. AFILIAÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: OS DESAFIOS PARA A DIMINUIÇÃO DAS TAXAS DE EVASÃO NAS IES**

Para responder aos desafios da ampliação do sistema educacional superior público, o governo federal implantou, em 2007, o Plano de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e, por meio da Portaria Normativa nº. 39 de 12 de dezembro de 2007, transformada no Decreto 7234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Efetivados, no aspecto formal, os avanços em relação à ampliação do acesso à educação superior, as questões inerentes à assistência estudantil têm ocupado lugar central em discussões no espaço acadêmico, sobretudo ao se considerar que ela apresenta e atualiza uma questão histórica, a saber: a concepção elitista, excludente, meritocrática e individualista que norteou o sistema universitário público brasileiro ao longo do tempo. Nos últimos anos, sobretudo a partir da implantação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), combinado à Lei 12711/2012 (Lei de Cotas), tem-se uma dupla dimensão que deslocou parte da histórica “zona de conforto” de nossas universidades.

A Lei de Cotas trouxe para as universidades a necessidade de um maior compromisso para com os níveis fundamentais e médio da educação pública, historicamente descolados das preocupações da academia. A universalidade do acesso à educação básica nos trouxe o desafio da qualidade desejada. Pela aplicação da Lei, além dos alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica e pertencentes a grupos étnicos historicamente alijados da educação superior pública, a universidade precisa se preparar para receber – e formar – alunos

de diversas partes do país (já que o SISU favorece a mobilidade pelo território na concorrência pelas vagas) e com grande heterogeneidade de históricos de vida.

Combinado com a Lei de Cotas, o SISU trouxe às IES um desafio imediato: possibilitado o acesso, como garantir as condições para a permanência do aluno pobre, que agora não tem mais, necessariamente, a proximidade dos familiares e, não raramente, chegando recentemente à cidade onde está sediada a universidade? Como se colocará a universidade diante do novo aluno que chega à instituição demandando uma rápida forma de acolhimento e assistência, destituído, muitas vezes, dos capitais culturais e sociais necessários ao “deciframento” do *habitus* universitário (Bourdieu, 2010). Não somente serão necessários novos procedimentos administrativos que otimizem a assistência estudantil; serão também necessárias novas práticas pedagógicas que promovam o acolhimento e a inclusão. É fato que a tríade ENEM/SISu/Lei de Cotas vem impondo desafios aos gestores e à organização do sistema universitário para a inclusão qualitativa desse novo perfil de estudante que está ingressando nas universidades. A ampliação do acesso sem a necessária correspondência no atendimento às condições para a permanência, formação acadêmica e para a conclusão da graduação dos estudantes oriundos dos segmentos mais desfavoráveis econômica e culturalmente da sociedade, fará com que, a médio e longo prazo, tais estudantes se tornem os “excluídos do interior” (Bourdieu, 2010).

Para melhor entender as possíveis mudanças que vêm ocorrendo na universidade brasileira, decorrentes de um número maior de ingresso de jovens cujo percurso escolar pode ser considerado pouco provável, Magalhães (2013) traça um panorama a respeito da educação superior, das políticas sociais e da cidadania no Brasil, abordando a desigualdade no acesso à Educação Superior, as políticas de ações afirmativas adotadas, o papel das políticas de assistência estudantil e a implementação de ações que busquem o auxílio ao estudante, com vistas à sua permanência na instituição e conclusão dos cursos desejados nos prazos adequados. Sua tese traz a voz e coloca em foco a percepção dos discentes moradores da residência estudantil da UFRJ acerca dos programas existentes na universidade destinados a apoiar suas permanências nos cursos de graduação. Ela ressalta que as políticas de democratização do acesso à universidade pública só se efetivarão se forem acompanhadas de ações que viabilizem a permanência, em especial dos estudantes das classes populares ou dos grupos desiguais que estão ingressando nas universidades públicas brasileiras. Seu estudo evidenciou a importância dos programas de moradia para a permanência dos discentes, constatando inúmeras dificuldades encontradas por significativa parcela dos estudantes pertencentes às classes populares em seu percurso universitário. Nas conclusões de seu

trabalho, Magalhães (2013, p.116) aponta que: 1) a maioria dos entrevistados identifica como principais programas de assistência estudantil na UFRJ a moradia e as bolsas de auxílio financeiro. Esses programas foram apontados por todos os entrevistados como fundamentais para a permanência e realização dos cursos. No entanto, ressaltam a insuficiência dos valores das bolsas para atendimento a todas as necessidades decorrentes da vida universitária; 2) os estudantes também apontaram a necessidade de ampliação da abrangência dos programas, principalmente do ponto de vista quantitativo. Todos relataram conhecer pessoas que enfrentam dificuldades e abandonam a universidade por não conseguirem se inserir num dos programas assistenciais existentes e 3) a percepção da condição de desigualdade que alguns estudantes vivenciam para sua inserção e permanência na universidade e uma concepção ampliada da assistência estudantil também foram aspectos relevantes nos relatos dos entrevistados.

As mudanças no perfil dos alunos ingressantes devem ser acompanhadas por ações e políticas universitárias que busquem conhecê-los, em seus atributos e singularidades, a fim de compreendê-los melhor e poder desenvolver medidas mais efetivas de assistência estudantil. Dessa forma, a “ampliação da abrangência dos programas da assistência estudantil só será possível se as diretrizes dos programas incorporarem as reais necessidades dos estudantes, o que requer que a interpretação dessas necessidades estudantis seja feita de forma crítica” (Nascimento, 2012, p.154). Magalhães (2013, p. 115) também evidencia essa questão ao mencionar que as “políticas de ampliação do acesso à universidade devem ser acompanhadas de outras medidas que possibilitem aos estudantes em situação de desigualdade condições para uma trajetória universitária e uma formação acadêmica bem-sucedida”.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A universidade ostenta um elitismo histórico, dificultando que questões envolvendo a afiliação estudantil sejam discutidas de uma forma crítica e com a profundidade necessária. Não há garantias de que as prováveis mudanças no perfil dos alunos ingressantes já tenham tido repercussões de grande monta junto à comunidade acadêmica e em suas práticas pedagógicas. Em consequência, apesar da recente ampliação de pesquisas nesta área, é possível observar que as necessidades dos alunos cotistas, de forma geral, ainda estão invisíveis ou pouco consideradas dentro dos espaços universitários, sobretudo nos cursos de alta demanda e prestígio social. Cada membro da comunidade acadêmica (docentes, discentes ou servidores técnico-administrativos) que for contrário à política de cotas, quando

convencido de sua irreversibilidade, diante das pressões sociais, “desloca o centro de sua resistência da negação para a não alteração da estrutura e do cotidiano da universidade” (Magalhães; Menezes, 2014), por meio da despolitização da nova presença. Esta questão abre a possibilidade para a “invisibilização” dos alunos cotistas, sob o argumento de que esta seria uma “saúdável medida contra a estigmatização dos alunos em seu cotidiano” (idem, 2014).

Portanto, reconhecer a presença desses alunos, suas condições e seus históricos de vida, é crucial para a elaboração de um plano gestor de políticas públicas universitárias e de suas ações subsequentes. Tais programas devem ir além do repasse financeiro; ações mais amplas precisam ser pensadas de modo a atender os estudantes em seus diversos aspectos e necessidades. Além disso, a política de apoio estudantil deve ser institucionalizada em todos os níveis e não apenas uma série de ações pontuais, marcadas por critérios sempre emergenciais; precisa consolidar-se como um programa de governo e governança com continuidade nas instituições, trazendo segurança para os que dela têm direito previsto em lei. Ao incluir uma visão mais holística, levando em consideração os diversos aspectos das necessidades humanas e suas subjetividades, a universidade e suas instâncias poderão ser mais efetivas no cumprimento de sua missão.

As diversas políticas que caracterizam a assistência estudantil são instrumento vital para o cumprimento da missão universitária e para a viabilização de suas metas, ao englobar um conjunto de ações de enfrentamento ao velho e crônico estigma da evasão, da repetência, da permanência prolongada, especialmente aquelas decorrentes das desigualdades econômicas, sociais e culturais. Assim, pode-se pleitear o comprometimento do *campo universitário* constituído na UFRJ, na busca da concretização de sua missão institucional. Tal concepção de assistência estudantil aponta para as relações estreitas que suas ações podem exercer positivamente no complexo processo de afiliação estudantil, pois, enquanto política universitária, a assistência estudantil envolve as instâncias administrativas e acadêmicas, sendo de extrema importância a integração e a sinergia institucional para sua plena realização.

Cabe ressaltar, ao fim deste trabalho, que o fenômeno da evasão é complexo, multifatorial e multidimensional. Embora tenhamos nos detido na dimensão da aplicação do conceito de afiliação estudantil aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, é certo de que outras variáveis incidem sobre a decisão dos estudantes abandonarem seus cursos, a despeito da situação socioeconômica. É importante frisarmos isso, sob pena de incorrerem no grave erro de imputar aos estudantes pobres cotistas a responsabilidade sobre a evasão e sobre as taxas de insucesso acadêmico.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de; MENEZES, Simone Cazarim. Ação Afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. **O Social em Questão**, vol. 17, núm. 32, pp. 59-74, 2014

NASCIMENTO, Clara Martins do. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. **FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares, Uberlândia, MG, 147-157, 2012.

NERY, Matheus Batalha Moreira. **O processo de afiliação emocional entre estudantes do programa Permanecer da UFBA**. Salvador. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicicologia, Instituto de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2011.

OLIVERIA, Antonio José Barbosa de; CRANCHI, Daniela de Carvalho. O papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo. **Informação & Sociedade**, v.27, n.2, 2017.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; SANTOS, Georgina Gonçalves dos. **O conceito de afiliação estudantil como ferramenta para a gestão pedagógica da educação superior**. Disponível em: <https://eventos.aforges.org/wp-content/uploads/sites/63/sites/64/2023/05/Sampaio-Sonia-UFB-Brasil.pdf> Acesso em 14 jun 2024.